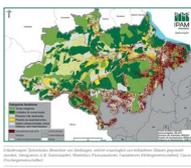


Politik

Gemeinschaften im Tropischen Regenwald
Eine Regierungsförderung in lokalen Gebieten und Naturschutz

von KATIA TORRES RIBEIRO

Am Anwesenheit gibt es Menschen, die in einer Gemeinschaft leben, die sich um den Schutz der Natur, der Kultur und der Ressourcen kümmert. In der Amazonas-Region gibt es viele solcher Gemeinschaften, die sich um den Schutz der Natur, der Kultur und der Ressourcen kümmern. In der Amazonas-Region gibt es viele solcher Gemeinschaften, die sich um den Schutz der Natur, der Kultur und der Ressourcen kümmern.



Politik

Boa Governança de Territórios Coletivos e a Proteção da Natureza na Amazônia Brasileira.

de KATIA TORRES RIBEIRO

Am Tag für Tag leben unsere Gemein- schaften und arbeiten die jeder der Umwelt zu schützen. In der Amazonas-Region gibt es viele solcher Gemeinschaften, die sich um den Schutz der Natur, der Kultur und der Ressourcen kümmern. In der Amazonas-Region gibt es viele solcher Gemeinschaften, die sich um den Schutz der Natur, der Kultur und der Ressourcen kümmern.



BOA GOVERNANÇA DE TERRITÓRIOS COLETIVOS E A PROTEÇÃO DA NATUREZA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

por **KATIA TORRES RIBEIRO**,

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

A

Amazônia tem gente, uma história milenar ain- da pouco contada apesar das grossas camadas de fragmentos de cerâmicas nos solos que atestam civilizações extintas.

A Amazônia é confluência de povos que ainda hoje lutam para manter suas culturas, línguas e modos de viver. Esses povos desenvolveram técnicas de manejo da floresta, inclusive em larguíssima escala, que resultam nas florestas que conhecemos e em sistemas agrícolas florestais muito diversos, que ofertam amplo rol de produtos de grande interesse para alimentação, farmacologia e indústria, entre outros.

A principal mensagem dos povos amazônicos é que não há conservação da floresta sem as pessoas que nela vivem.

No Brasil, o português é falado por quase toda a população, o que camufla a existência e persistência de mais de 250 povos indígenas, falantes de 170 línguas. Após as décadas tenebrosas da Ditadura Militar, a Constituição Cidadã de 1988 reconheceu os direitos territoriais coletivos de indígenas e dos quilombolas, e de forma menos explícita, de diversos outros grupos sociais que mantêm modos mais coletivos de produção e formas próprias de organização social – quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, faxinalenses, caízaras... denominações que expressam histórias, culturas e relações específicas com florestas, campos e águas.

Os direitos territoriais e de manutenção dos modos de viver e fazer são abrangidos também na legislação ambiental. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, conhecido como SNUC, promulgado em 2000, após anos de debates, reconhece 12 categorias de manejo, como os conhecidos parques. Nesse conjunto foram incluídas as Reservas Extrativistas (Resex), fruto da luta dos povos da Amazônia pelo acesso à terra e pela proteção da floresta, com a mundialmente famosa liderança de Chico Mendes, assassinado em 1988.

Chico Mendes inspirou-se nas Terras Indígenas brasileiras, e defendeu que essas áreas protegidas fossem de gestão coletiva, em terras públicas (diz-se ‘domínio público’), sem possibilidade de transmissão individual ou parcelamento. Trata-se de uma característica fundamental para manter a proteção da floresta e do território coletivo perante as violentas pressões de desapossamento.

Atualmente existem 98 Resex, 68 na esfera federal, que protegem 157.000 km² em diferentes biomas, inclusive territórios marinhos de pesca (www.cnuc.gov.br), garantindo território e preservação dos modos de vida de mais de 100.000 famílias “trabalhadoras da biodiversidade”. A elas se somam as Terras Indígenas, com quase 1.000.000 km², e Territórios Quilombolas – menos extensos, mas muito numerosos.

Florestas resilientes e saudáveis precisam de comunidades locais resilientes e saudáveis, e vice-versa. É fundamental proteger o caráter coletivo desses territórios, os processos coletivos de gestão, bastante sofisticados, o atendimento aos eixos básicos identificados por Elinor Ostrom nos seu consagrado estudo de casos de sucesso na gestão de recursos comuns: fronteiras bem definidas e protegidas, instituições comunitárias legítimas, regramento reconhecido e legitimado socialmente. Comunidades bem organizadas conseguem reduzir as imensas lacunas de acesso às políticas públicas, concentradas nas áreas urbanas, e constroem, com necessárias parcerias, os meios de acessar mercados para os produtos “cheios de floresta e serviços ecossistêmicos”. A coesão social confere resistência a diversas formas de assédio e violência a seus territórios e membros, desde a usurpação da terra à pressão atual de garimpo de ouro.

Há o caminho oposto, das comunidades que perdem seus territórios pela sujeição às pressões para arrendamento de pasto, mineração clandestina e outras formas de invasão progressiva. Essas afirmações são crescentemente respaldadas por pesquisas científicas. A prestigiosa revista *Conservation Biology* publicou em junho um número especial tratando da evolução e do sucesso e

complexidade das estratégias de conservação da natureza centrada nas pessoas e nas comunidades. Mesmo uma rápida apreciação de uma imagem de satélite respalda esse entendimento (*vide mapa*).

O desafio de gestão dessas áreas é muito grande. Tem-se a própria garantia fundiária, o fortalecimento das organizações sociais locais, a construção e pactuação de regras em um mundo cambiante, o respeito a mecanismos para repartição de benefícios na comunidade, e a viabilização dessas economias da sociobiodiversidade, desde compras governamentais bem construídas e direcionadas a financiamentos que respeitem os tempos e as necessidades das comunidades.

São economias ainda subfinanciadas em pesquisa, inovação para beneficiamento, fortalecimento das cadeias de valor e em estrutura de comercialização, bem como em crédito e seguros. As mudanças climáticas têm trazido impactos dramáticos a esses grupos sociais – rios que desaparecem, chuvas que não vêm, enchentes nunca vistas, safras que não acontecem, em comunidades sem lastros de capital ou seguro e com pouco acesso a ações imediatas de proteção social estatal. No entanto, as áreas protegidas são a principal medida de mitigação dessas mesmas mudanças climáticas, e são essenciais para a produção de commodities, em uma situação paradoxal. Estudos recentes mostram que 80% das lavouras mecanizadas no Brasil dependem das chu-

vas geradas pelas florestas nas terras indígenas. Fazendas vizinhas a terras indígenas têm duas safras ao ano, abundantes, em função dos serviços ecossistêmicos.

“A demarcação de terras indígenas precisa virar uma política de enfrentamento da crise climática”, defendem lideranças indígenas como Kleber Karipuna, e o mesmo vale para a proteção de outros territórios coletivos. Como mensagem para a COP30, temos que a proteção do clima não virá sem a proteção dos ecossistemas, com sua biodiversidade de ecossistemas e espécies, base da resiliência perante o desconhecido – não podemos mais nos agarrar na soberba da confiança na tecnologia, embora esta seja parte da história a ser construída. Temos que a proteção dos ecossistemas não acontecerá sem o reconhecimento dos trabalhadores da conservação, que dia a dia manejam e protegem esses vastos territórios, e que não podem ficar alijados da sociedade nem ser reduzidos a ela, em termos cognitivos e materiais.

Muito além da economia e seus produtos materiais, nesses territórios há vida, arte, cultura, dança, e uma alegria de viver que precisa ser (re)conhecida. Um levantamento feito em 2014 com todas as famílias em mais de 60 reservas extrativistas federais mostrou que, embora aflitos com a falta de oportunidades para os jovens e desafios cotidianos de vida, 97% dos entrevistados gostavam de viver em suas comunidades, pela tranquilidade, natureza, relações comunitárias e preservação da cultura. ●

